

O CUSTO DA VIDA

RICHARD LEWINSOHN

Dr. rer. pol.

Estudando os processos de elaboração do índice do custo da vida, o presente artigo estabelece suas relações com outros índices econômicos, começando mesmo por excelente exposição das interrelações profundas dos sistemas de preços e moeda.

Termina pela análise da elaboração de tal índice em nosso país vasando o problema dentro das observações sociológicas indispensáveis a uma solução eclética do mesmo. (N. R.)

I. PREÇOS E MOEDA

O ÍNDICE do custo da vida é, hoje, um elemento tão indispensável à administração pública como à economia. Não há mais ajustamentos de vencimentos e salários sem exame prévio das alterações do custo da vida e, para medi-las, precisa-se de um metro, um índice. O índice do custo da vida é utilizado também para muitos outros fins. É um precioso instrumento auxiliar para a elaboração de estimativas orçamentárias; desempenha papel importante na política monetária, pois com êle se determina o volume do meio circulante necessário; facilita a resolução de numerosas questões de política social; influencia grandemente a política econômica em geral porque, comparado com outros dados fundamentais, como a renda nacional, o valor da produção e o do consumo; permite que nos orientemos facilmente sobre a evolução da economia nacional e do bem estar da população. Sem êle grande parte das outras estatísticas deixam de ter significação.

Graças a essas qualidades, o índice do custo da vida tornou-se tão popular que é difícil imaginar como os economistas, legisladores, administradores de outrora podiam trabalhar sem êsse instrumento. Todavia, o índice como a própria noção de custo da vida datam de época relativamente recente. É

verdade que sempre houve noções similares a esta, e as queixas sobre a "carestia da vida", principalmente em períodos inflacionários, não eram menores que em nossa época. Não se chegou, contudo, a formular claramente uma expressão quantitativa adequada. O método usual de medir o encarecimento da vida era a comparação entre os preços de um mesmo produto, vigentes em diferentes épocas. Em geral, escolhia-se como estalão o alimento mais importante nos países europeus: o pão, ou mais comumente ainda, sua principal matéria prima — o trigo.

Alguns estatísticos do século XVIII procuraram determinar índices combinados de diferentes gêneros alimentícios; o italiano Carli, considerado o inventor dos números-índices, juntou ao preço do trigo os do vinho e do azeite, calculando-lhes a média aritmética. Seu precursor francês, Dutot, chegou mesmo a operar com 13 produtos, mas somente para calcular o valor real das rendas dos reis de França (1). Não obstante, estas tentativas não conduziram longe e Lavoisier, em seu célebre estudo sobre a situação alimentar de Paris às vésperas da Revolução de 1789, retornou ao trigo como medida básica, usando o argumento de que êste cereal absorvia a metade das despesas da população, sendo que relativamente às classes menos favorecidas chegava mesmo a três quartas partes.

Esquemas mais completos surgiram na Inglaterra, durante as guerras napoleônicas. Os ingleses viam o problema de outro ângulo. A inflação daquela época provocara vivo descontentamento entre os credores, que eram reembolsados de seus empréstimos com dinheiro depreciado. Para prevenir tais perdas, John Wheatley (2) e, pouco

(1) DUTOT, *Réflexions politiques sur les finances* (Haia, 1738), pág. 945. — Jules Lejeune, *Les Méthodes de Construction des Index-Numbers* (Paris, 1935), págs. 18-19 e 114.

(2) JOHN WHEATLEY, *An Essay on the Theory of Money and Principles of Commerce* (Londres, 1807).

depois, Joseph Lowe (3) sugeriam que se fixasse o montante de uma dívida não em moeda, mas em poder aquisitivo e, para isso, se criasse um padrão composto de determinadas quantidades das mercadorias mais utilizadas. Um membro do Parlamento inglês, Poulett Scrope, tornou-se o mais entusiasta propagandista dessa idéia, dando-lhe a seguinte forma:

“Tome-se, por exemplo, uma tabela de preços de cem dentre os artigos mais geralmente procurados, em quantidades determinadas pelo consumo proporcional de cada artigo, avaliados em ouro, como o são de acôrdo como o padrão neste país. Quaisquer variações no total ou em alguns dêesses preços medirão, com suficiente precisão para fins práticos, as variações ocorridas no valor de troca do ouro” (4).

Este sistema do “padrão múltiplo” ou da “moeda-mercadorias” tem sido até hoje recomendado pelos teóricos (5), sem que nenhum país se aventurasse a experimentá-lo. Todavia, a idéia de que a moeda — não apenas o papel moeda, mas também o ouro — não representam um valor invariável tem exercido considerável influência sobre o desenvolvimento dos índices de preços e a sua aplicação à vida econômica e social.

II. O PADRÃO DE VIDA

Estudos mais aprofundados, realizados na segunda metade do século passado, mostraram, entretanto, que um único índice geral de preços não é suficiente para avaliar as variações do poder de compra da moeda. E' preciso, pelo menos, separar os preços de atacado, isto é, os preços pagos ao produtor e, nas diferentes fases do comércio atacadista, válidos por quantidades relativamente grandes, dos preços de varejo desembolsados pelo último consumidor, eliminando-se do último grupo os bens de produção. No entanto, mesmo esta discriminação não permite calcular o valor real dos salários ou outras formas de renda, pois aos preços de mercadorias se acrescentam as despesas referen-

tes a aluguel, serviços pessoais, contribuições profissionais e impostos, além de outras aplicações, voluntárias ou involuntárias, de certa parcela da renda individual.

Em suma: não se pode somar, simplesmente, os índices de preços de artigos vários e com êles compor um índice geral, para calcular o custo da vida. Alcançaremos um resultado mais próximo da realidade se nos basearmos em uma renda determinada e analisarmos a maneira pela qual é utilizada. A distribuição das despesas individuais ou familiares deverá constituir o ponto de partida do cálculo. E' evidente que a estatística não pode adaptar-se ao indivíduo, no sentido fisiológico; cumpre que se façam certas abstrações e estabeleçam médias, normas, categorias; do contrário, ela não poderá atingir sua finalidade específica, que é a de esclarecer os fenômenos de massa. Pode, contudo pela, investigação de um grande número de casos individuais, elaborar um orçamento familiar tipo, que reflete razoavelmente a distribuição habitual da renda da população de um país, ou mais exatamente, de uma determinada classe social, à qual se atribui, assim, um certo padrão de vida.

O padrão de vida não é, bem entendido, idêntico ao custo da vida. O primeiro é uma grandeza fixa, enquanto o segundo é variável. E' possível que em seguida ao aumento do custo da vida o padrão de vida não possa ser mantido, e é precisamente por meio do índice do custo da vida que se pode evidenciar esta evolução. Se, para um período prolongado, as despesas efetivas da população ficam sensivelmente abaixo do padrão adotado como base de cálculo ou o excedem amplamente, importa modificar o padrão; em outras palavras; elaborar um novo índice. O mesmo ocorrerá, se, por motivos de ordem técnica — inovações tais como a cozinha elétrica ou a seda artificial — novos elementos entram no orçamento e outros dêle são excluídos, ou, ainda, se os costumes do povo sofrem fortes alterações. Em geral, porém, deve-se evitar a mudança do esquema de base por motivos que não sejam muito importantes, a fim de que se possam obter longas séries de números-índices comparáveis.

O conceito estatístico do padrão de vida é tipicamente um produto do século XIX e descende em linha reta das ciência naturais. Seu inventor foi o astrônomo belga Jacques Quetelet, o fundador

(3) JOSEPH LOWE, *The Present State of England in regard to Agriculture, Trade and Finance* (Londres, 1822).

(4) G. POULETT SCROPE, *Principles of Political Economy* (1838), republicado sob o título *Political Economy, for Plain People* (London, 1873), pág. 307-8.

(5) Ver a notável obra do americano Benjamin Graham *Storage and Stability* (Nova York, 1937).

da biometria e da ciência do "homem médio". Quetelet estava convencido de que poderia determinar os hábitos sociais do homem com a mesma regularidade com que se observam as suas qualidade e funções físicas, sujeitas a leis eternas, imutáveis; achava êle que as diferenças individuais não são mais do que desvios de uma média, que se pode calcular de acôrdo com a lei da probabilidade e incorporar a uma esquema único (6).

Dois de seus discípulos, o belga Edouard Ducpétiaux e o alemão Ernst Engel, aplicaram o princípio do mestre às despesas familiares. Em uma exposição feita em 1853 ao primeiro Congresso Internacional de Estatística, Ducpétiaux esboçou uma classificação em três grandes grupos: despesas de primeira necessidade, para o bem estar material; despesas culturais, para fins religiosos, morais e intelectuais; e despesas para os meios de diversão, tais como bebidas alcóolicas e fumo, cada um desses grupos tendo numerosas sub-divisões (7). Quatro anos mais tarde Engel publicava suas famosas quatro "leis" do consumo, das quais a primeira afirma: "Quanto mais pobre é uma família, maior a parte das despesas totais a ser utilizada na alimentação. A proporção das despesas destinadas à alimentação é a melhor medida do padrão material de vida de uma população" (8).

Conquanto esta tese tivesse mantido, *grosso modo*, sua validade, os estudos posteriores mostraram que a distribuição das despesas varia grandemente segundo a profissão e o meio social; que as despesas com alimentação dos operários são, em geral, sensivelmente mais elevadas do que as dos empregados comerciais e funcionários que percebem renda igual — um fato que se explica antes fisiologicamente — e que há também diferenças importantes quanto ao vestuário, habitação e outras necessidades, independentes do volume da renda (9).

(6) L. A. J. QUETELET, *Sur l'Homme et le Développement de ses Facultés ou Essai de Physique Sociale* (1835).

(7) CARLE C. ZIMMERMAN, *Consumption and Standards of Living* (New York, 1936), pág. 28.

(8) ERNST ENGEL, *Die Productions and Consumptions verhältnisse des Königreichs Sachsen* (1857). Reeditado no *Bulletin de l'Institut International de Statistique* (Roma, 1895), vol. IX.

(9) MAURICE HALLWACHS, *L'Evolution des Besoins dans les Classes Ouvrières* (Paris, 1933).

A hipótese de uma hierarquização rigorosa das necessidades e dos desejos, como o imaginavam Engel e seus contemporâneos, tornou-se, pois, duvidosa. Em todo caso, cumpre resguardar-se das generalizações cômodas, assim como da adaptação das percentagens verificadas na distribuição das despesas de outro país, ou mesmo de outra região. Somente inquéritos minuciosos, realizados em várias classes da população, é que os orçamentos concretos de família, completados com as informações de consumo colhidas nas casas comerciais ou deduzidas das estatísticas tributárias, poderão fornecer uma base segura para determinar o padrão de vida.

III. ELABORAÇÃO DO ÍNDICE

Em vários países as observações sociológicas levaram os estatísticos a estabelecer índices especiais do custo da vida relativos aos grupos profissionais. Ao invés de um índice geral, ou simultaneamente com êste, elaboram-se índices referentes a uma família-tipo operária, e na Bélgica, Holanda, Noruega e Tchecoslováquia, a uma família de funcionários de posses modestas.

Nos países de condições climáticas e econômicas diversas como o Brasil parece conveniente elaborarem-se índices regionais, que possam servir, ao mesmo tempo, de base a um índice nacional. Cumpre, pelo menos, que se substituam os proütos menos importantes por aqueles que preponderam na região respectiva, ou que se diferencie o "peso" dos vários artigos, como o faz o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (S.E.P.T.), do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em relação ao seu índice do custo da alimentação, o qual revelou, até 1943, três variantes de ponderações — para o Norte, o Centro e o Sul — e, a partir de janeiro de 1944, adaptou-o às cinco regiões geo-econômicas, cada uma com sua composição de "pesos" própria. Quanto à extensão geográfica, êste índice é um dos mais amplos e completos do mundo: "A coleta de preços abrange 32% da população brasileira ou seja, todo o seu efetivo da zona urbana" (10).

(10) M.T.I.C., Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, *Levantamento do Custo da Vida no Brasil* (Rio, 1946), pág. 16.

Apesar disso, o Brasil figura ainda entre os países cujo índice oficial do custo da vida abrange apenas a capital do país. A verdade, porém, é que não somente os países latino-americanos, mas também diversos países da Europa se encontram em situação idêntica, o que demonstra as grandes dificuldades a vencer para organizar-se e manter um índice do custo da vida que inclua pelo menos considerável parte da população. A zona rural geralmente é excluída destas estatísticas porque é praticamente impossível determinar exatamente o valor do autoconsumo e o custo da habitação dos agricultores. O maior número de cidades abrangidas por um desses índices figura, curiosamente, no da Irlanda, enquanto o dos Estados Unidos se limita a 54 grandes cidades, o da Inglaterra a 24 e o da Alemanha (até 1944) a 72 municipalidades. A Estatística Geral da França deixou de calcular, em 1946, o único índice francês do custo da vida existente — o elaborado para o Departamento do Sena (Paris e arredores), que foi substituído por um índice bastante limitado dos preços de varejo (11). Ao mencionarmos estes fatos, visamos apenas mostrar que as imperfeições de nossa estatística, a este respeito, nada têm de excepcional.

A grande maioria dos índices do custo da vida é mensal — havendo alguns bimensais ou hebdomadários salvo nos períodos de hiperinflação, em que os índices hebdomadários se tornam obsoletos, o recenseamento mensal é suficiente. Mensal, neste sentido, significa que as informações sobre preços e outros fatores são recolhidos uma vez por mês, em um dia determinado. A este aspecto, o índice do custo da vida na cidade do Rio de Janeiro apresenta grave inconveniente: enquanto uma parte de seus componentes é observada mensalmente, outra parte, bem importante — preços de vestuários, móveis, utensílios, roupa de cama, mesa, etc. — é verificada apenas duas vezes por ano de onde decorrem verdadeiros “saltos” dos números-índices, em janeiro e julho de cada ano. Torna-se indispensável, pois, para obter um bom índice, uma perfeita sincronização dos elementos.

A elaboração, propriamente dita, do índice do custo da vida suscita as mesmas questões que a de outros índices econômicos, principalmente no que

diz respeito ao problema do ano-base. Teoricamente os técnicos concordam em que uma base muito remota traz grandes desvantagens, porque o padrão de vida sempre sofre alterações. Todavia, na prática, ao elaborar novos índices, os estatísticos tendem a adotar um período-base recuado de cinco ou mesmo dez anos. Presentemente, utilizam os últimos anos anteriores à guerra, esquecendo-se de que aqueles não foram, do ponto de vista econômico e, principalmente, monetário, anos “normais”, como os que precederam à primeira guerra mundial.

De modo geral, parece preferível não insistir muito sobre a noção de período “normal”, que já pressupõe um julgamento. Um bom índice tem de ser objetivo e o menos possível normativo. Cumpre lembrar que o número 100, isto é, o algarismo do período-base, nada tem de místico; é apenas uma convenção, um meio auxiliar do cálculo. Se um índice é bem elaborado, do ponto de vista econômico e do matemático, o período-base, no fundo, não é mais importante do que a graduação do termômetro. Estamos habituados a medir a temperatura pela escala centigrada de Celsius, que é, talvez, a mais cômoda; os Americanos, porém, aos quais certamente não falta senso prático, satisfazem-se com a escala mais antiga de Fahrenheit e, mesmo, com um termômetro de Réaumur, cuja escala é dividida em 80 graus, é possível informar-se rapidamente sobre as variações da temperatura.

A composição do índice é o fator mais importante, nesta matéria, porque pode acarretar erros graves. Em princípio, ela é determinada pela aplicação da renda; na realidade, porém, é necessário selecionar os bens e serviços que entram no orçamento da família, fazer-se arredondamentos, substituições, ponderações. O índice do custo da vida pertence ao tipo dos índices agregativos, isto é, não se comparam simplesmente os preços em diferentes épocas e sem os preços de uma quantidade fixa com os vigentes, no ano-base, para a mesma quantidade. O esquema assemelha-se, pois, ao dos índices compostos de preços principalmente ao de preços por atacado, com a diferença, porém, de que neste último, a base geralmente é a quantidade total produzida ou vendida — grandeza muitas vezes difícil de avaliar — enquanto para o custo da vida, o consumo de uma família-tipo é elemento decisivo.

(11) Centre National d'Information Economique, *Documentos Economiques — Prix e Salaires* (Paris, agosto de 1947), n.º 29, pág. 7.

A determinação de uma quantidade-padrão é fácil quando se trata de bens de consumo não duráveis, como gêneros alimentícios; é mais difícil, porém, quando os bens são duráveis — como móveis — que não se compram todos os meses, nem todos os anos. Conseqüentemente, importa distribuir as despesas desta espécie por um período bem grande. Não obstante, para observar as variações de preços destes objetos, é necessário registrá-los mensalmente, incluindo no índice uma parcela do preço que corresponda aproximadamente à cota mensal de depreciação. Para um móvel, por exemplo, que não se renova senão de dez em dez anos, em média, a parcela mensal será 1/120 do preço em vigor.

E' evidente que tal processo não corresponde exatamente à realidade, ainda que os consumidores comprem a prestações; permite, todavia, que se estenda o índice também a objetos caros. O índice do custo da vida na Cidade do Rio de Janeiro, calculado para uma família relativamente abastada, de 7 pessoas, compreende uma sala de jantar de peroba, de 10 peças, e um dormitório, também de peroba e de 10 peças. Entretanto, o orçamento relativo à educação, nesta mesma família, compõe-

se somente de mensalidade e taxas de cursos e de exame e, quanto a material de papel almaço (5 folhas), um caderno "Acadêmico" de 100 folhas, um lapis e um litro de tinta.

Diversas modificações foram feitas no índice do Rio de Janeiro — que data de 1912 — afim de dar-lhe feição mais realista. Faz-se necessária, entretanto, uma reforma mais ampla. O S.E.P.T., encarregado, a partir de 1946, do levantamento do custo da vida — anteriormente a cargo do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda — iniciou, no ano passado, trabalhos preparatórios visando à obtenção de um índice nacional do custo da vida que abranja todos os Estados. Os próprios servidores da estatística nacional forneceram as primeiras informações sobre os orçamentos familiares e, mais tarde, outras classes — industriários, comerciários, etc. — serão objeto de inquéritos análogos. Especialistas eminentes na matéria, como o professor Alfredo de Oliveira Pereira, foram incumbidos da elaboração e execução do plano, que proporcionará ao Brasil, em futuro próximo, um instrumento técnico dos mais modernos e, o que não é menos importante, um índice de bom senso.